



Estado de Goiás
Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

PORTARIA Nº 656/2014 - SRH

O SUPERINTENDENTE DE RECURSOS HÍDRICOS DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso I do Art. 26 da Constituição Federal, do Art. 43 do Decreto nº 24.643 de 10 de julho de 1.934, do item "6" alínea "m", inciso III artigo 4º do capítulo III da Lei Estadual 12.603 de 07 de abril de 1.995, da Portaria SEMARH nº071 de 10/05/2012 e do que consta o Processo nº 14.435/2.013 – 32.452, RESOLVE:

Art. 1º - Outorgar a **Lourenço Pires Pereira de Andrade**, CPF/CNPJ nº 699.898.771-49, por **06 (seis) anos** o uso das águas estaduais localizado na **Fazenda Água Branca**, município de **Uruana**, Estado de Goiás, conforme abaixo relacionado:

MANANCIAL:	Rio Urú
COORDENADAS:	15°36' 8,03"S e 49°41' 59,18"O
VAZÃO DERIVADA:	70,57L/S
PERÍODO DE USO:	802,50H/ANO, no(s) mês) de maio a outubro
TIPO DE USO:	Irrigação por Pivô Central.
TIPO DE CAPTAÇÃO:	Direta no manancial
FINALIDADE DA DERIVAÇÃO:	Irrigar soja em uma área de 53,35 ha.

Parágrafo Único - Todas as obras, projetos e estudos hidrológicos desta concessão são de responsabilidade do usuário requerente/responsável (eis) técnico(s) e deverão ser executadas, no prazo de **01 (um) ano(s)**, para consolidação deste ato, sob pena de revogação, conforme previsto no Processo acima mencionado.

Art. 2º - Fica o outorgado obrigado a:

- I. Manter o uso em perfeitas condições de estabilidade e segurança, respondendo pelos danos a que der causa, em relação ao meio ambiente e a terceiros;
- II. Responder, civilmente e criminalmente, por danos causados à vida, à saúde e ao meio ambiente, bem como do uso inadequado que vier a fazer da outorga solicitada;
- III. Responder por todos os encargos relativos à execução dos serviços e obras necessários à efetivação do uso, inclusive para a adequação da qualidade da água conforme Portaria MS nº 2.914, de 12-12-2011 e Resolução CONAMA nº 357/2005, bem como nos casos de alteração, modificação ou adaptação dos sistemas que, a critério da SEMARH, venham a ser exigidos, em função do interesse público ou social;

Art. 3º - A não observância ao estabelecido neste ato, poderá caracterizar o usuário como infrator com a conseqüente aplicação das penalidades previstas em Lei.

Art. 4º - Esta Portaria poderá ser revogada, sem que caiba indenização a qualquer título, além dos casos gerais, nos seguintes casos especiais:

- I. Quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos tornarem necessárias adequações dos sistemas outorgados;
- II. Na hipótese de infringência das disposições relativas à legislação pertinente;
- III. Da constatação de discrepâncias entre os projetos apresentados e as os usos efetivamente implementados;
- IV. Do descumprimento das especificações desta Portaria.
- V. Instalar equipamento de medição de vazão na tubulação da captação e enviar relatórios anuais da derivação para essa Superintendência comprovando que a vazão derivada não ultrapassa o limite outorgado;
- VI. Apresentar relatório fotográfico do local da captação depois de instalada, abrangendo a paisagem do local, a casa de bombas, o equipamento de bombeamento utilizado com detalhamento do modelo, da potência e da vazão da unidade, além de comprovar manutenção das áreas de preservação permanente do local.

Art. 5º - Esta Portaria de outorga, mantidas todas as condições expressas no respectivo ato, poderá ter sua renovação requerida com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de seu vencimento, sujeita a nova análise de viabilidade hídrica.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário e resguardadas as modificações de legislações posteriores.

CUM PRA - S E.

SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS, em Goiânia, aos **12** dias do mês de **março** de 2014.


BENTO DE GODOY NETO
Superintendente de Recursos Hídricos